

AGENDA POSITIVA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E ACRE: REALIZANDO OS SONHOS DOS POVOS DA FLORESTA

Ministério do Meio Ambiente e Acre: realizando os sonhos dos povos da floresta

Agenda Positiva do Acre - Fevereiro de 2002

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro de Estado do Meio Ambiente
José Sarney Filho

Secretário Executivo
José Carlos Carvalho

Secretária de Coordenação da Amazônia
Mary Helena Allegretti

Diretora do Programa de Gestão Ambiental
Vanessa Fleischfresser

Diretora do Programa de Desenvolvimento Sustentável
Ana Maria Ribeiro Lange

Coordenador de Ações Estratégicas
Mário Assis Menezes

Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)
Márcio Santilli e Carlos Enrique Aragon Castillo

Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia
Ricardo José Soavinski

Representante da Secretaria de Coordenação da Amazônia no Acre
Débora Almeida

Edição
Marco Antonio Gonçalves

Redação
Marco Antonio Gonçalves e Débora Almeida

Fotografias
Ângela Peres, Edson Caetano, J. Dias, Juan Pratgínestós

Agradecimentos
Agência de Negócios do Estado do Acre (Anac), Comissão Executiva do Zoneamento Ecológico-Econômico, Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac)

O futuro do Acre passa pelas trilhas da floresta



MEMORIO	COLOCAR...
data	____/____/____
	0.10000 499

O Ministério do Meio Ambiente vem construindo parcerias com governos estaduais, municipais e com instituições da sociedade civil na Amazônia a fim de fortalecer a implementação de políticas e projetos orientados para o desenvolvimento sustentável. Com essas parcerias, pretendemos não apenas assegurar a conservação da floresta e dos serviços que ela presta a todos como também apoiar iniciativas econômicas sustentáveis, gerando melhores condições de vida para a população que vive da floresta.

O Acre possui condições excepcionais para um novo modelo de desenvolvimento: uma rica biodiversidade, com florestas em excelente estado de conservação; uma população etnicamente diversificada, com vasto conhecimento associado à biodiversidade que maneja; uma sociedade civil organizada, com um incomparável histórico de lutas em defesa de seus direitos; e um governo determinado a investir em políticas públicas que promovam o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, assegure a conservação dos recursos e a justa distribuição dos benefícios decorrentes de seu uso econômico.

Não temos dúvida de que o futuro do Acre passa pela floresta. E, entre os vários projetos que apoiamos no estado, a instalação da Agência de Negócios do Estado do Acre está entre os mais promissores. Trata-se de uma iniciativa do governador Jorge Viana, que tem como parceiros, além do Ministério do Meio Ambiente, produtores extrativistas e outros empreendedores que partilham a confiança num projeto que extraia da floresta seu potencial econômico sem devastá-la, melhorando a vida dos acreanos.

José Sarney Filho
Ministro de Estado do Meio Ambiente



O Acre sabe o que quer

Cenário da saga de Chico Mendes em defesa dos direitos dos habitantes da floresta, o Acre está, mais uma vez, protagonizando mudanças profundas em sua história. Tendo à frente o governador Jorge Viana, os acreanos estão reorientando o desenvolvimento do estado, buscando inibir o desmatamento da floresta e valorizar o rico estoque de recursos naturais que detêm, bem como a experiência e a diversidade cultural de seu povo.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente está colocando à disposição desse projeto recursos técnicos e financeiros que permitam ao estado avançar rumo ao desenvolvimento sustentável. A decisão de apoiar o Acre nesse desafio decorre não apenas de minha afinidade com o estado, onde por dez anos assessoriei movimentos sociais e o próprio Chico Mendes, na década de 80, mas sobretudo porque partilhamos a convicção de que o caminho escolhido pelos acreanos é o mais adequado às condições sociais e ecológicas do estado e da própria Amazônia.

As prioridades que estão orientando nosso apoio ao Acre foram definidas participativamente em um processo de negociação ao qual chamamos Agenda Positiva, uma sugestão da senadora Marina Silva. Trata-se de um conjunto de dez itens, estabelecidos em julho de 1999 junto com os setores organizados do estado, e que já produziram resultados efetivos, como demonstram o zoneamento ecológico-econômico e a Agência de Negócios do Estado do Acre, entre muitos outros exemplos descritos nesta publicação. Todo esse esforço de valorização da floresta e dos usos que as populações dela fazem deverá ser fortalecido brevemente com a conclusão das negociações entre o Governo do Acre e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), visando a implantação de um amplo projeto de desenvolvimento sustentável no estado.

Mary Helena Allegretti
Secretária de Coordenação da Amazônia

Agenda Positiva: síntese das prioridades para o Acre

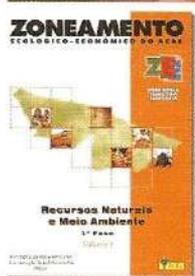
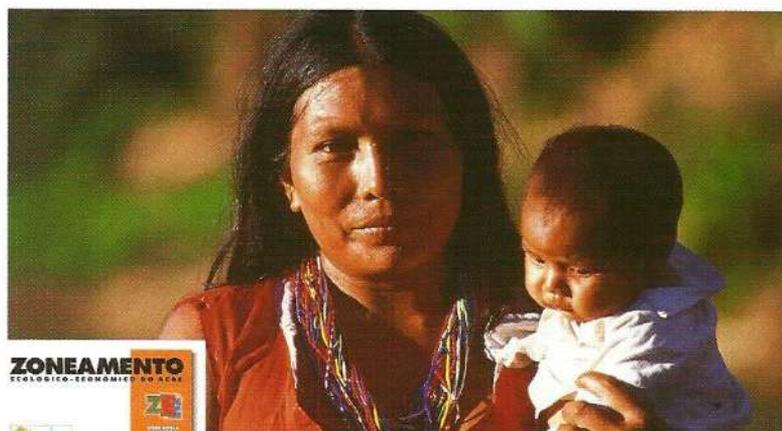
- Promover a implementação do zoneamento ecológico-econômico como instrumento estratégico para o desenvolvimento regional sustentável
- Adotar, em áreas já desmatadas, uma política de incentivos à transformação gradual da agropecuária convencional em agropecuária sustentável, priorizando práticas orgânicas e agrofloretais, com o aumento da produtividade, da eficiência econômica e a conservação dos recursos naturais
- Implementar uma política de ação integrada com os povos indígenas
- Promover a criação de novas reservas extrativistas e a consolidação das existentes
- Viabilizar um conjunto de políticas voltadas para a consolidação do setor florestal madeireiro e não-madeireiro em bases sustentáveis
- Consolidar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, inclusive os Projetos de Assentamento Extrativista
- Promover a manutenção e recuperação de reservas legais e áreas de preservação permanente, priorizando mecanismos de incentivo e campanhas educativas junto à população rural e urbana sobre o papel e benefício destas como parte da conservação e uso sustentável dos recursos naturais
- Efetuar mudanças na política fundiária no estado, realizando um levantamento aprofundado sobre sua situação fundiária; definindo participativamente um novo modelo de reforma agrária; resolvendo pendências envolvendo áreas indígenas, projetos de assentamento e unidades de conservação; mobilizando a sociedade para o reconhecimento de direitos de usucapião em áreas ocupadas por posseiros, considerando as relações de gênero
- Implementar um sistema integrado de controle ambiental, contemplando os instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização, através de parcerias entre órgãos estaduais, federais, prefeituras, órgãos de assistência técnica e Ministério Público
- Nas áreas de influência de obras rodoviárias de significativo impacto sócio-ambiental, viabilizar a implementação de um conjunto de políticas públicas integradas, voltadas para a análise de impactos agregados e o ordenamento territorial em bases sustentáveis

Sabedoria para usar os recursos naturais

Investimentos do PPG7 propiciam ao Acre realizar um inovador zoneamento ecológico-econômico

O Governo do Estado do Acre definiu a elaboração do zoneamento ecológico-econômico como prioridade para orientar a definição e implementação de suas políticas. O zoneamento é um mapa das riquezas do Acre, sobre o qual estão identificados os diferentes modos de uso da terra e dos outros recursos naturais e as potencialidades econômicas. Com esse mapa na mão, o governo e a sociedade acreana podem orientar melhor o futuro, definindo áreas para a conservação da floresta, incentivando atividades econômicas específicas e eliminando conflitos.

Inspirado no lema "usar nossa terra com sabedoria", o zoneamento ecológico-econômico do Acre foi realizado com o apoio técnico e financeiro da Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente. Os investimentos, no valor de R\$ 1.769.704,00, foram feitos pelo Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN), do PPG7. O SPRN foi criado para dar aos estados as condições necessárias para que gerenciem o uso e a conservação dos recursos naturais. Essa iniciativa faz parte do Projeto de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), que é executado pelo Governo do Acre.



Coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA), o zoneamento do Acre adotou uma metodologia inovadora que incorporou novas dimensões para o ordenamento territorial, como o mapa de conflitos sócio-ambientais, indicadores de biodiversidade para a criação de áreas protegidas e, inclusive, um mapa de aptidão agroflorestal. A elaboração dos estudos foi caracterizada por um processo participativo, coordenado pela Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico, que teve a responsabilidade de dialogar com os diferentes interesses e tomar decisões sobre aspectos fundamentais do processo.

A primeira fase do zoneamento ecológico-econômico foi realizada entre 1999 e 2000, com a elaboração de diagnósticos abrangendo todo o estado do Acre. A maior parte dos trabalhos foi baseada em dados secundários, aproveitando e sistematizando diversos estudos que já haviam sido realizados no estado, mas que se encontravam dispersos. A partir do ano 2001, foi iniciado um detalhamento de temas prioritários para a definição de políticas governamentais de uso dos recursos naturais ao mesmo tempo em que os resultados da primeira fase passaram a ser divulgados através de um documento organizado em três volumes, também publicado na Internet (www.seiam.ac.gov.br). Uma versão mais didática, intitulada "Guia para uso da terra acreana com sabedoria", está sendo distribuída a partir deste ano nas escolas e organizações sociais do estado.

SPRN
Investimentos no ZEE do Acre: R\$ 1.769.704,00



Aprimorando a gestão ambiental

Com recursos do PPG7, Ministério do Meio Ambiente investe no fortalecimento e na integração de órgãos responsáveis pelas políticas ambientais

O Ministério do Meio Ambiente está destinando recursos aos estados da Amazônia para possibilitar aos governos administrar adequadamente o uso dos recursos naturais e, assim planejar seu desenvolvimento. Gerenciados pela Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério, esses recursos são oriundos do seu próprio orçamento, de empréstimos obtidos junto a bancos multilaterais e de doações realizadas pelos sete países mais ricos do mundo, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o PPG7.

Um dos componentes do PPG7, chamado Subprograma de Política de Recursos Naturais (SPRN), foi criado para fornecer aos governos estaduais e demais instituições envolvidas com a gestão ambiental as condições para que possam gerenciar o uso e a conservação dos recursos naturais, por meio da execução de Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAIs). No Acre, o PGAI é executado por um grupo de trabalho coordenado pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac), do qual participam outras quatro secretarias estaduais, a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público Estadual, a Fundação de Tecnologia do Acre, a Fundação Cultural Elias Mansur, o Incra, o Ibama, a Funai, a Embrapa, a Universidade Federal do Acre, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e representantes municipais.

Na primeira fase do PGAI no Acre foram investidos R\$ 3.866.528,52 no fortalecimento do Imac, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Branco (Semeia), no Pelotão Florestal, no Ministério Público Estadual e na formação de parcerias com organizações não-governamentais. No caso do Imac e da Semeia, órgãos estadual e municipal de meio ambiente, os investimentos estão permitindo que essas instituições assumam novas funções como parte de uma política de descentralização da gestão ambiental. Um exemplo dessa política é a transferência para o Imac da responsabilidade de licenciar desmatamentos de até 60 hectares, papel antes exclusivo do Ibama.

Os recursos do SPRN propiciaram ainda aprimorar o controle dos desmatamentos e o monitoramento da cobertura florestal, que hoje utilizam imagens de satélite analisadas em uma estação instalada no Imac. Outros avanços obtidos na primeira fase do PGAI foram a implementação do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIAM), que interliga em rede vários órgãos estaduais; a elaboração do zoneamento ecológico-econômico; a formação de agentes agroflorestais indígenas, a capacitação de extrativistas e a difusão da legislação estadual e federal de meio ambiente.

Em sua segunda fase, iniciada no final de 2001 e orçada em R\$ 4.500.000,00, o PGAI está sendo integrado a outras iniciativas estaduais importantes. Seu objetivo maior é implantar procedimentos de gestão ambiental ao longo das rodovias BR-364 e BR-317. Para tanto, estão previstas ações de monitoramento e controle ambiental, de fortalecimento da capacidade de gestão ambiental por parte dos municípios cortados pelas duas rodovias, de ordenamento territorial por meio do zoneamento ecológico-econômico e de apoio a alternativas produtivas sustentáveis, com a capacitação de técnicos e agentes comunitários. Um dos destaques dessa fase é a estruturação do Fundo Florestania, que viabilizará diversas ações voltadas para o uso sustentável dos recursos naturais.

SPRN/ PPG7

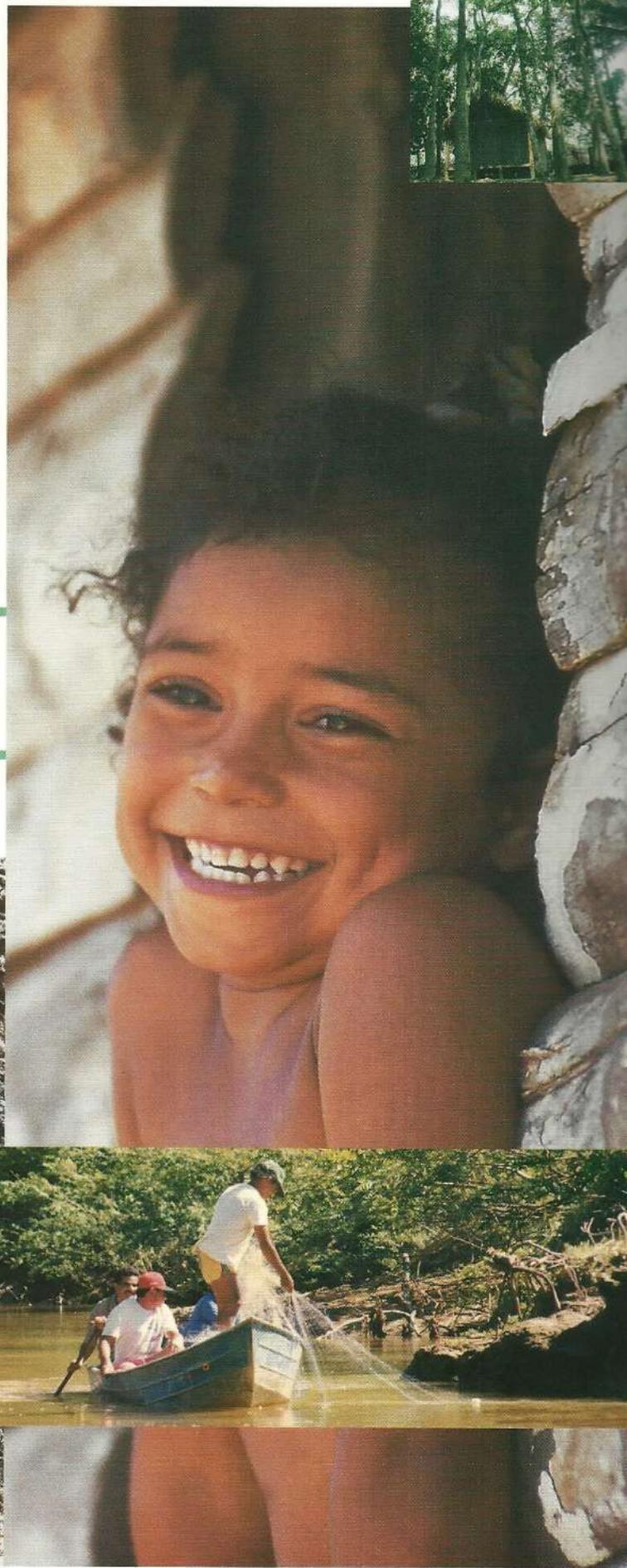
Investimento realizado no Acre: R\$ 3.866.528,52

Investimento previsto no Acre: R\$ 4.500.000,00

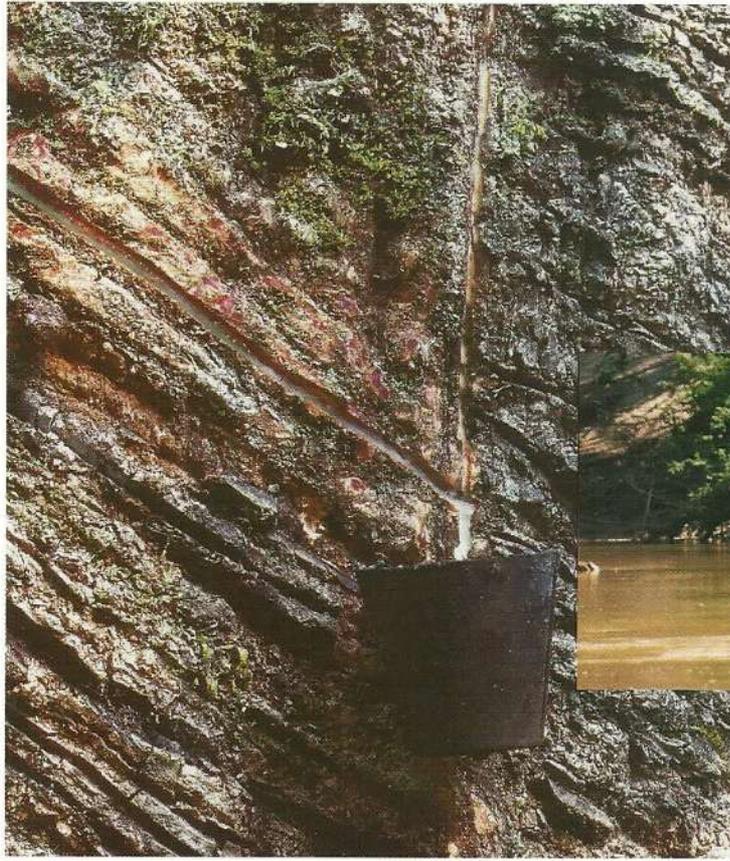
PPG7 investe também em comunidades da Amazônia

O PPG7 também destina recursos para projetos de comunidades da Amazônia, incluindo as indígenas, por meio do componente Projetos Demonstrativos, conhecido como PDA. Os investimentos são feitos em iniciativas que compatibilizem o uso econômico dos recursos naturais com a conservação das florestas.

Durante seus primeiros cinco anos de execução, o PDA aprovou 144 projetos na Amazônia, sendo 23 para comunidades do Acre. No total, foram destinados a essas comunidades US\$ 2.828.360,14, aplicados predominantemente em projetos de manejo florestal madeireiro e não-madeireiro, em sistemas agroflorestais e em piscicultura.



PDA/ PPG7
Investimento no Acre:
US\$ 2.828.360,14



Novos mercados para os produtos da floresta

Com apoio financeiro do Ministério do Meio Ambiente, governo estadual cria a Agência de Negócios do Estado do Acre

A floresta oferece uma ampla variedade de matérias-primas para produtos que movimentam uma parcela importante da economia da Amazônia. São óleos e essências, frutas e raízes, madeiras e fibras vegetais, palmito, látex, castanha, enfim, uma variedade de produtos comercializados inclusive em outras regiões do país e até no exterior. Apesar de ser um mercado em expansão, os "negócios da floresta" poderiam gerar melhores resultados se as tecnologias de produção e comercialização fossem aprimoradas.

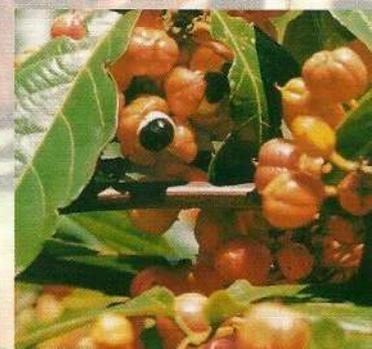
Pensando nisso, o Governo do Estado do Acre buscou o apoio da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente para criar um órgão capaz de fomentar um "mercado verde" para os produtos acreanos, e assim, ampliar as oportunidades de negócios para mercadorias feitas a partir de matérias-primas regionais. Um convênio assinado em 2000, no valor de R\$ 485.000,00 (R\$ 436.500,00 do Ministério e o restante do Governo do Acre), permitiu a criação da Agência de Negócios do Estado do Acre, a ANAC, que tem como objetivos promover a produção de bens e serviços de forma sustentável e atrair investimentos para o estado, gerando trabalho e renda para a população.

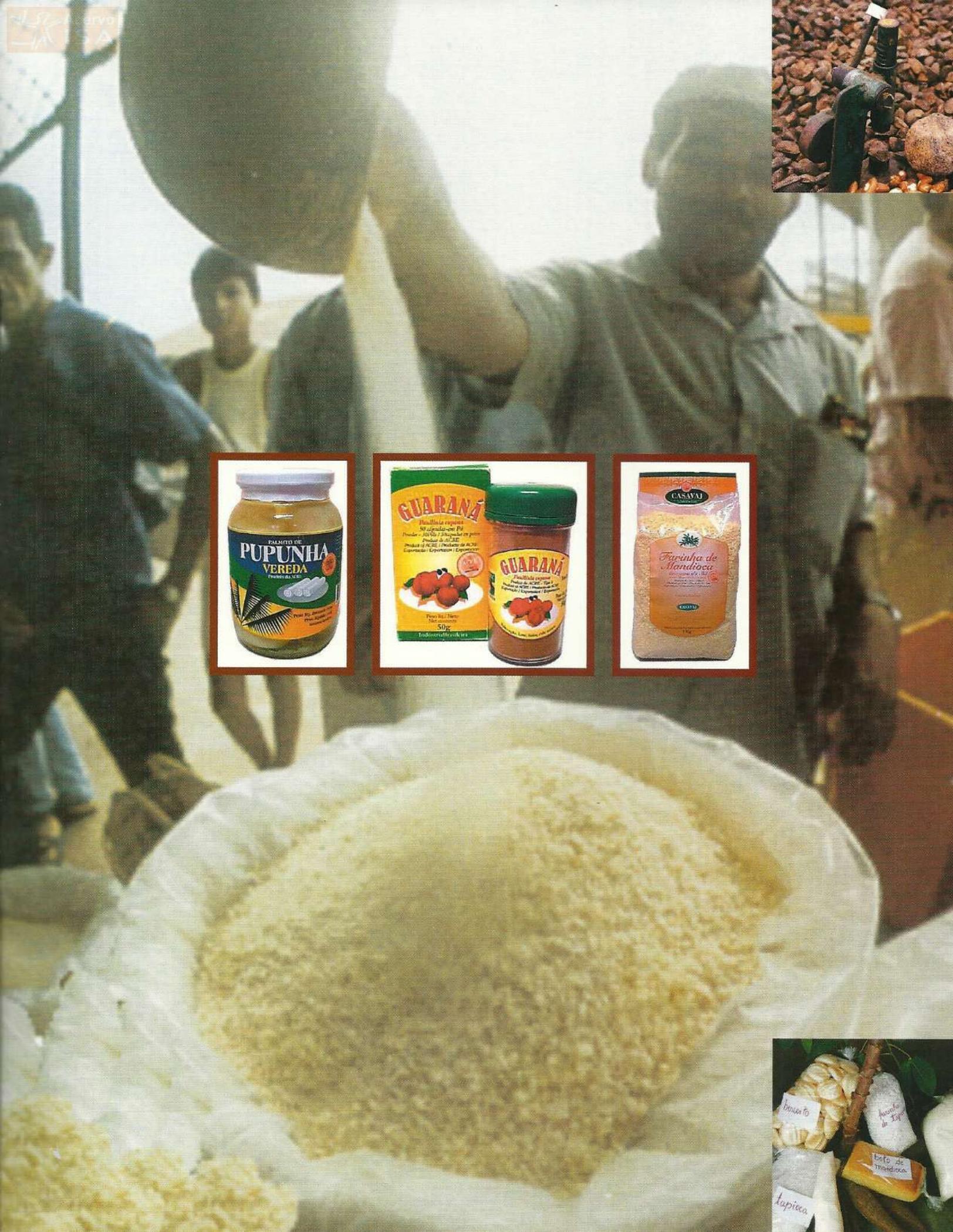
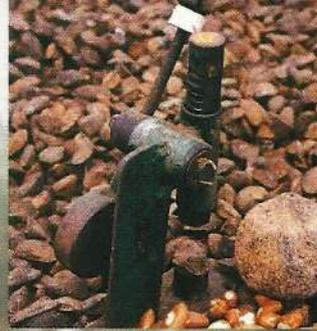
Supervisionada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação (SEPLAN), a ANAC realizou, desde então, vários estudos sobre a capacidade produtiva do estado e sobre condições de mercado para certos produtos. Os estudos resultaram na seleção de quatro setores - castanha-do-brasil, farinha de mandioca, guaraná e palmito de pupunha – sobre as quais estão sendo feitos investimentos adicionais, inclusive em marketing, visando o aprimoramento da produção e de sua comercialização. Paralelamente, os esforços realizados permitiram à ANAC viabilizar a participação de empresas acreanas em cursos e eventos importantes para o desenvolvimento de seus negócios. Nesse período, a ANAC criou uma "loja virtual" na Internet, no endereço www.negociosdafloresta.com.br, onde oportunidades de negócios são oferecidas.

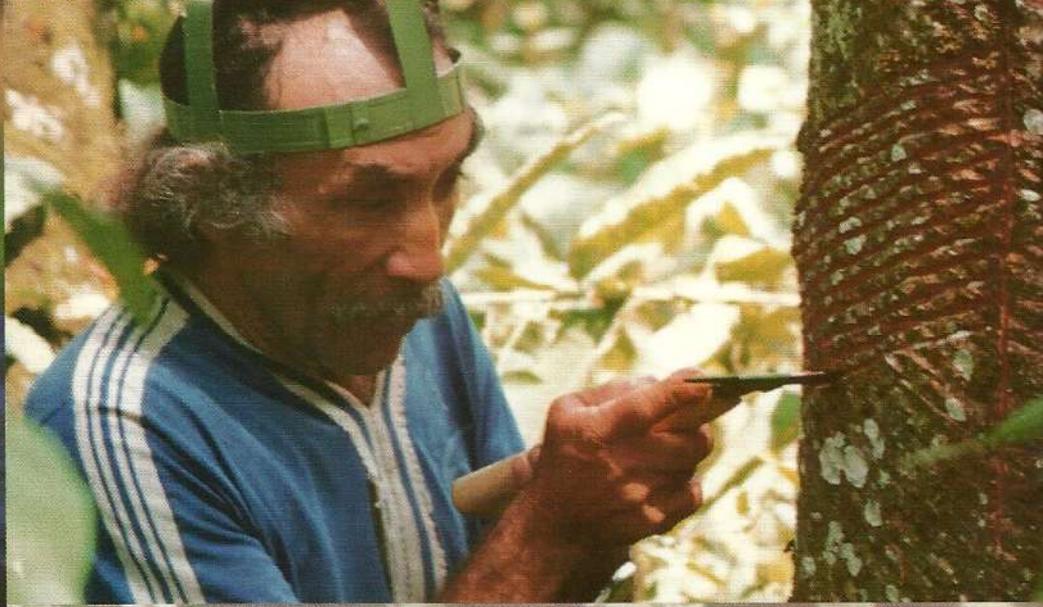
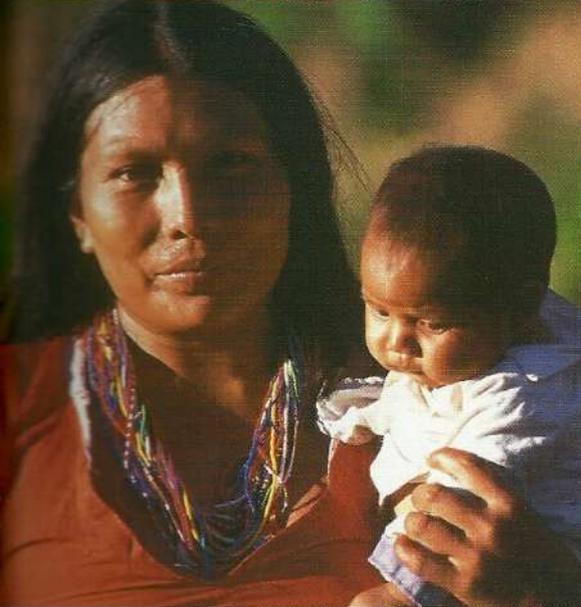
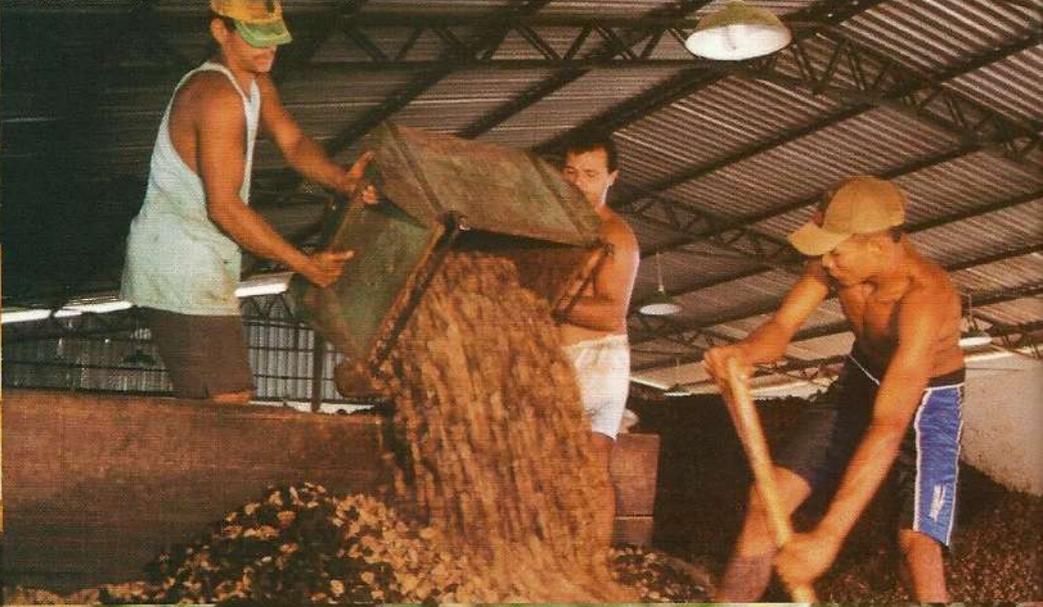
Atualmente, sete empresas estão comercializando os quatro primeiros produtos selecionados com o apoio da ANAC: Cooperativa Mista de Produção Extrativista e Agropecuária dos Municípios de Epitaciolândia e Brasiléia (COMPAE), Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (CAEX), Importadora e Exportadora Guaraná Organic da Amazônia, Guaranáuas Bebidas Cruzeiro do Sul, Bonal S/A, Agroindústria Vereda e Cooperativa das Associações dos Seringueiros e Agricultores do Vale do Juruá (CASAVAJ).

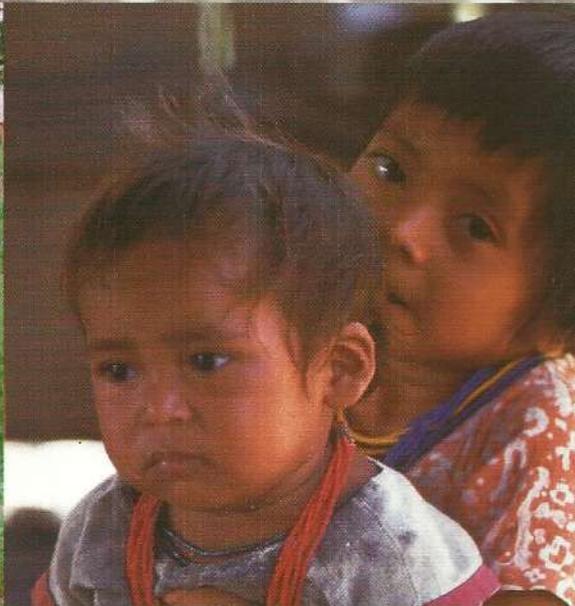
Em 2001, foi assinado um segundo convênio, no valor de R\$ 443.000,00 (R\$ 398.700,00 do Ministério do Meio Ambiente e o restante do Governo do Acre), visando ampliar as atividades da ANAC. Além de financiar a confecção de embalagens e material de divulgação dos produtos já selecionados, os recursos foram aplicados em estudos de mercado para a identificação de novos produtos, mais sofisticados. Produtos com acabamentos em marchetaria, jóias feitas com materiais vegetais e metais preciosos, bijouterias com matérias-primas regionais, sabonetes de mururu e doces tropicais entraram na lista de produtos incentivados pela ANAC. Em fevereiro, a ANAC dará início a uma série de atividades para promover seus produtos junto aos consumidores. Serão instaladas gôndolas e vitrines especiais em supermercados e nos aeroportos de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, e distribuídas amostras dos quatro primeiros produtos em todos os vôos que partem de Rio Branco, nos trechos entre Brasília e Rio de Janeiro e na ponte-aérea Rio de Janeiro-São Paulo-Rio de Janeiro. O lançamento oficial da ANAC está programado para o final de fevereiro.

Agência de Negócios do Estado do Acre
Investimento do MMA (2000 e 2001): R\$ 835.200,00









Guaraná
Paullinia cupana **Em Pó**
Produto do ACRE
Product of ACRE / Producto de ACRE
Exportação / Exportation / Exportación

A circular logo with the text "ACRE Brasil" in the center. The words "TECNOLOGICO" and "VEGETAL" are written around the top inner edge of the circle. Below the logo is a decorative banner with yellow and pink triangles.



A hora e a vez do agroextrativismo

Programas investem no aprimoramento da produção de comunidades extrativistas da Amazônia

A numerosa população extrativista da Amazônia, embora seja fundamental para a conservação da floresta e para a economia regional, não contava com políticas federais consistentes que lhe permitisse melhorar seus meios de produção. Para suprir esta deficiência, o Ministério do Meio Ambiente estruturou o Programa Amazônia Solidária, e dentro dele, o Programa de Apoio ao Agroextrativismo, cuja finalidade é investir em iniciativas relacionadas à produção dessa população.

Executado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia, por meio da Coordenadoria de Agroextrativismo, o Programa de Apoio ao Agroextrativismo investe em projetos de comunidades extrativistas apresentados por suas organizações representativas. Os recursos, oriundos do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, são repassados a fundo perdido e investidos em iniciativas que assegurem o fortalecimento econômico e social das comunidades e o uso sustentável dos recursos naturais. São cinco as linhas de atuação do programa: produção, beneficiamento e comercialização; assistência técnica e acesso ao crédito; apoio à criação e à estruturação de reservas extrativistas; projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos extrativistas; organização e fortalecimento de comunidades extrativistas, capacitação e gerenciamento.

Desde 1999, o programa já destinou R\$ 4.593.582,20 a 46 projetos de comunidades acreanas. Esses números fazem do Acre o estado que mais se beneficiou do programa, conseqüência não só da significativa população extrativista que abriga como principalmente de sua forte organização. No último dia 24 de janeiro, o Comitê Gestor do Amazônia Solidária aprovou 13 novos projetos do Acre, totalizando mais R\$ 714.901,00. Ao longo de 2002, novos projetos deverão ser aprovados pelo Programa de Apoio ao Agroextrativismo, cujo orçamento para 2002 é de R\$ 5,6 milhões para toda a Amazônia.

Acesso ao Prodex

Um importante objetivo do Programa de Apoio ao Agroextrativismo é garantir aos produtores a assistência técnica necessária para que possam ser beneficiados pelo Prodex - uma linha de crédito do Banco da Amazônia (Basa) destinada a financiar a melhoria das condições produtivas das comunidades extrativistas amazônicas. Os créditos do Prodex podem ser obtidos por trabalhadores vinculados a uma associação ou cooperativa, ou diretamente por essas entidades, desde que estejam regularizadas. Além de assistência técnica, o Programa de Apoio ao Agroextrativismo financia a capacitação dos produtores, fornecida a eles desde a etapa de elaboração dos projetos.

No Acre, a assistência técnica é prestada pela Secretaria Executiva de Assistência Técnica e Extensão Rural (SEATER-GP), que mantém um convênio com o Ministério do Meio Ambiente a fim de assegurar o atendimento a essa demanda. Adicionalmente, o Ministério vem promovendo, desde o ano passado, cursos e outras atividades de capacitação de produtores. Entre 1997 e 2001, cerca de 2.200 famílias de produtores extrativistas do Acre foram beneficiadas pelo Prodex, totalizando R\$ 5.730.689,00 em financiamentos.

Programa de Apoio ao Agroextrativismo

Investimentos em projetos no Acre: R\$ 5.398.483,20

Investimentos em assistência técnica ao Prodex no Acre: R\$ 686.000,00



Guardiães da biodiversidade amazônica

Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, agentes agroflorestais indígenas atuam como gestores ambientais

As terras indígenas ocupam pouco mais de 1 milhão de km² da Amazônia Legal, o equivalente a 20% da região. Por sua extensão e por causa das formas de manejo utilizadas pelos índios, essas áreas são importantes para a conservação da biodiversidade do país. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente está investindo recursos do Programa Amazônia Solidária e do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7) na formação de agentes agroflorestais indígenas, profissionais que passam a atuar como gestores ambientais nas áreas que habitam.

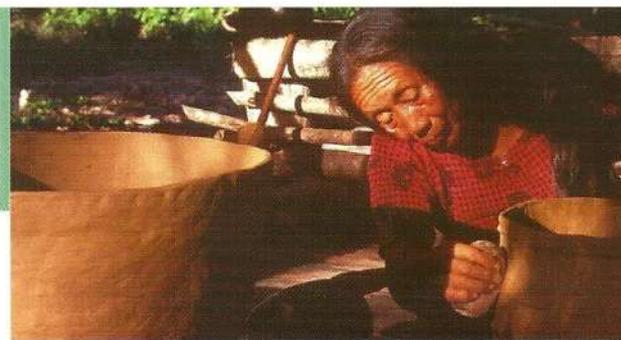
A formação de agentes agroflorestais indígenas é uma iniciativa da organização não-governamental Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC) apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Coordenação da Amazônia. O objetivo do projeto é dar condições às próprias comunidades indígenas para que gerenciem os recursos naturais existentes em suas terras,



maneja os ecossistemas, realizando levantamentos sobre sua biodiversidade, implantando sistemas agroflorestais, aprimorando a produção e melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Desde 1996, quando o projeto foi iniciado, já foram formados 63 agentes agroflorestais de oito etnias do Acre (Ashaninka, Manchineri, Jaminawa, Kaxinawá, Katukina, Shawadawa, Apurinã e Yawanawa) em 15 terras indígenas. Juntamente com os agentes de saúde e os professores indígenas, esses guardiães das florestas atendem uma população de cerca de 6 mil pessoas, habitantes de áreas próximas à fronteira do Brasil com o Peru e a Bolívia. Em 2001, o Projeto de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas recebeu menção honrosa do Prêmio Itaú-Unicef e no mesmo ano a profissão foi formalmente reconhecida pelo Governo do Estado do Acre.

Projeto de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas
Investimentos do Programa Amazônia Solidária: R\$ 273.261,35
Investimentos do PPG7 (PDA e SPRN): R\$ 406.858,00



Recuperando áreas alteradas



Projeto investe no reaproveitamento econômico de áreas desmatadas e abandonadas

O censo agropecuário brasileiro de 1996 revelou que o avanço da fronteira agrícola sobre a Amazônia havia sido responsável, até aquele ano, pelo desmatamento de 783 mil km², o equivalente a 15% da região. Esse desmatamento, no entanto, não resultou em um desenvolvimento eqüitativo, que propiciasse melhores condições de vida para a maioria da população amazônica. Na verdade, degradou vastas áreas de vegetação nativa, concentrou terras nas mãos de poucos e gerou sérios conflitos sociais. Hoje, há cerca de 165 mil km² alterados na Amazônia sobre os quais nada se produz - uma área maior que o estado do Ceará. Ao mesmo tempo, a produtividade agropecuária nessas áreas é muito baixa, o que demonstra o esgotamento desse modelo de uso da terra.

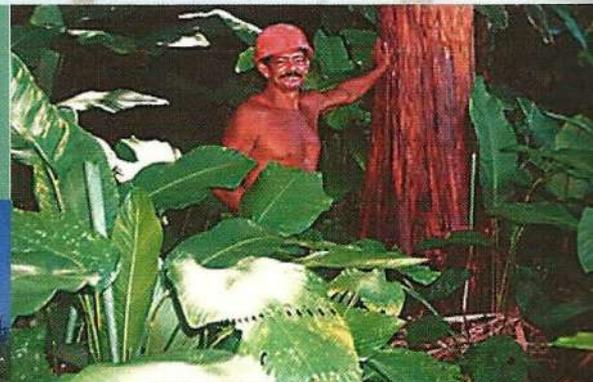
A fim de reincorporar essas áreas à produção econômica e, ao mesmo tempo, desestimular novos desmatamentos, o Ministério do Meio Ambiente criou em junho de 2000 o Projeto de Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia, que integra o Programa Amazônia Sustentável da Secretaria de Coordenação da Amazônia. O projeto visa oferecer condições para a recomposição da vegetação em áreas localizadas na velha fronteira agrícola - o chamado Arco do Desmatamento - e em áreas próximas aos eixos de desenvolvimento.

Os recursos financeiros, provenientes do orçamento do próprio Ministério e de emendas parlamentares, podem ser solicitados por órgãos de governos estaduais, prefeituras municipais e organizações da sociedade civil. Propostas que visem a recuperação de matas ilegalmente degradadas, como reserva legal e área de preservação permanente, também podem ser beneficiadas. No Acre, até 1997 existiam cerca de 13 mil km² de áreas desmatadas, 13,5% das quais sem utilização econômica.

Até o momento, o Ministério do Meio Ambiente já assinou três convênios com entidades de produtores rurais acreanas para a recuperação de áreas alteradas, totalizando R\$ 334.835,00. Os convênios, celebrados com a Central de Associações de Pequenos Produtores Rurais de Epitaciolândia e Brasiléia (Capeb), com o Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre (Pesacre) e com a Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes (Amoreb), estão recuperando cerca de 458 hectares em oito municípios do Estado. Os recursos estão sendo investidos na produção de mudas de espécies regionais de valor comercial, para plantio consorciado nos lotes dos pequenos produtores, e no treinamento dos trabalhadores rurais. O apoio técnico às 309 famílias envolvidas é fornecido por órgãos de trabalhadores na agricultura, como a Fetacre, pela Embrapa, pela Universidade Federal do Acre e por órgãos governamentais municipais e estaduais.

Há, também, dois outros projetos em execução, apresentados pelo Governo do Acre e pela Prefeitura de Acrelândia. Os recursos para ambos, no valor de R\$ 347.996,00, são oriundos de emendas apresentadas por parlamentares da Comissão da Amazônia e do Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados. Para 2002, o Ministério do Meio Ambiente tem reservados R\$ 12,1 milhões para investir na recuperação de áreas alteradas em toda a Amazônia Legal. Destes, R\$ 11 milhões foram obtidos por meio de emendas parlamentares e R\$ 1.100.000,00 provenientes do orçamento do Ministério.

Projeto de Recuperação de Áreas Alteradas na Amazônia
Investimento no Acre: R\$ 682.831,00
Recursos para a Amazônia Legal (2002): R\$ 12,1 milhões



Turismo com sustentabilidade

Com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, o Acre está definindo seu plano estadual para o ecoturismo

As singularidades paisagísticas e culturais da Amazônia fazem do ecoturismo uma atividade econômica promissora para a região. Por isso, o Ministério do Meio Ambiente está apoiando, com recursos de seu orçamento e com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a definição de estratégias estaduais para o setor, através do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, o Proecotur, que integra o projeto Turismo Verde, do governo federal.

O Proecotur é um programa do Ministério do Meio Ambiente executado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia em parceria com os estados. Sua finalidade é desenvolver o ecoturismo por meio de um conjunto de ações destinadas a melhorar a capacidade institucional dos estados, sua infra-estrutura e os serviços existentes, garantindo a conservação dos recursos naturais. Na primeira etapa do programa, prevista para durar três anos, estão sendo investidos US\$ 13,8 milhões no planejamento das estratégias estaduais e nas prioridades definidas pelos estados que já implantaram atividades de ecoturismo.

No Acre, está em curso a fase de planejamento, ou seja, de definição de um plano estadual para o ecoturismo no Estado. Essa proposta, que deve considerar as vocações específicas do estado para o setor, vai escolher os chamados "pólos", ou seja, os locais prioritários para receber investimentos, visando sua estruturação para a recepção de turistas.

Até o momento, o Proecotur já investiu R\$ 357.500,00 nesta etapa, que envolveu a contratação de consultoria especializada para a elaboração do plano estadual de ecoturismo e a estruturação da Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Acre (SEICT), executora do plano. Os recursos foram investidos na compra de equipamentos, incluindo um veículo, e na capacitação de funcionários da SEICT, que participaram de cursos específicos sobre ecoturismo.

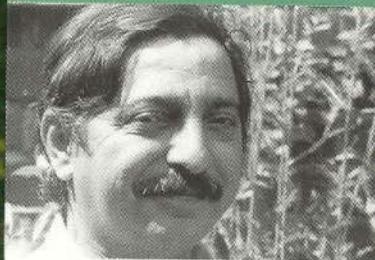




O município de Xapuri, palco da luta de Chico Mendes na década de 80, já elaborou um roteiro de ecoturismo exatamente relacionado à história do líder seringueiro e receberá recursos do Ministério do Meio Ambiente para iniciar a execução desse projeto. Além disso, o Parque Nacional da Serra do Divisor, cotado para fazer parte de um dos pólos selecionados, recebeu recursos para a elaboração de seu plano de uso público e de ecoturismo. Durante o mês de fevereiro, técnicos do Proecotur estiveram no Acre para realizar oficinas de capacitação, das quais participaram moradores das regiões com potencial ecoturístico.

Proecotur

Investimentos no Acre: R\$ 357.500,00



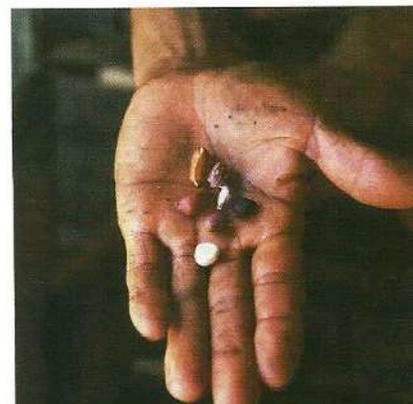
Pesquisa científica em favor da sustentabilidade

Em parceria com o governo estadual, Probem investe no desenvolvimento de produtos originados em conhecimentos vindos da floresta

A biodiversidade amazônica acolhe muitas plantas e animais com propriedades terapêuticas utilizadas por populações que conhecem a floresta. No entanto, o uso econômico derivado das propriedades químicas das plantas amazônicas pode ser aprimorado por meio de pesquisas científicas. Esse tipo de pesquisa sobre as potencialidades da biodiversidade chama-se biotecnologia, e é incentivada pelo Ministério do Meio Ambiente através do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, o Probem.

O principal objetivo do Probem é viabilizar o desenvolvimento da "bioindústria" na região, ou seja, pesquisar e desenvolver produtos industrializados obtidos a partir de espécies amazônicas para que possam ser explorados de forma sustentável. Para isso, o programa investe na estruturação de laboratórios, na capacitação de profissionais, em pesquisas de matérias-primas previamente selecionadas e, inclusive, na avaliação do potencial mercadológico de cada produto. O objetivo final é estruturar "cadeias produtivas", ou seja, ciclos completos de produção que possam interessar à iniciativa privada.

No final de 1999, o Probem destinou R\$ 182.919,68 ao programa "Desenvolvimento Sustentável do Setor de Fitoterápicos no Estado do Acre". Resultado de um convênio assinado entre a Secretaria de Coordenação da Amazônia e a Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo (SEFE), a iniciativa visa fortalecer o mercado regional e conquistar novos mercados para produtos fitoterápicos desenvolvidos no estado. Inicialmente, foram selecionadas cinco espécies vegetais com potencial para produzir remédios e cosméticos: andiroba, copaíba, jatobá, unha de gato e ipê roxo. Parcerias entre instituições acreanas, universidades e renomados institutos de pesquisa de várias partes do país permitiram a realização de estudos relacionados à ecologia dessas espécies, a redes de produção, ao beneficiamento e ao potencial mercadológico dos produtos gerados.



Em 2001, a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério, ao assumir a coordenação do Probem, decidiu ampliar as experiências iniciadas dois anos antes, investindo no desenvolvimento de cadeias produtivas para 23 espécies da região. Para isso, assinou novo convênio com o estado do Acre, no valor de R\$ 414.569,55 (dos quais R\$ 342.569,55 do Ministério do Meio Ambiente). Desta forma, o Acre espera criar um mercado diferenciado para produtos certificados, que tenha como marca o desenvolvimento sustentável.

Probem

Investimento na primeira etapa: R\$ 182.919,68

Investimento na segunda etapa: R\$ 342.569,55





ARTPLAN



**MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE**

**GOVERNO
FEDERAL**

Trabalhando em todo o Brasil

